

O último desafio de Sarney

GAZETA MERCANTIL

27 DEZ 1985

por José Casado
de São Paulo

O presidente José Sarney está diante de um novo desafio, o último de sua gestão: manter a taxa de inflação nos níveis atuais — abaixo de 60% ao mês — nos próximos 79 dias, até a passagem da faixa presidencial ao seu adversário e sucessor eleito, Fernando Collor de Mello.

Não vai ser fácil — previa ontem, em Brasília, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Luiz Roberto Andrade Ponte, encarregado por Sarney de comandar a etapa da transição: "Vai ser impossível reduzir o índice de inflação até a posse de Collor. O presidente Sarney não dispõe de instrumentos para isso, mas tem condições de mantê-la no patamar atual".

Um esforço político extra está sendo programado. Além de sustentar taxas de juros elevadas, o Ministério da Fazenda já começou a convocar empresários de diferentes setores para



Luiz Roberto
Andrade Ponte

reuniões, a partir da próxima semana, na tentativa de reduzir a velocidade das remarcações de preços.

É o limite máximo em que, por enquanto, se pode operar, indica o chefe do Gabinete Civil. Explicou à repórter Cleide Castro que, para reduzir a inflação, o governo teria de desindexar a economia.

Essa alternativa é descartada por inúmeras razões. Uma delas é a de que o governo teria que ter a aprovação do Congresso Nacional, que está em recesso até fevereiro.

Um dos mais influentes líderes do Congresso, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), comentou ontem com o editor Cláudio Kuck que não acredita na possibilidade de convocação extraordinária do Congresso para discutir o agravamento da crise econômica ou a possibilidade de hiperinflação. "A hipótese só seria válida se o governo decretasse alguma medida provisória, o que não deve acontecer", observou.

A ameaça de uma hiperinflação, revigorada pelas

remarcações de preços no varejo na semana passada — com o aumento da demanda provocada pela disponibilidade do 13º salário —, tende a marcar toda essa etapa de transição.

Ela deve permear a discussão, hoje, entre as equipes de Sarney e Collor, no primeiro encontro formal (estava programado para ontem, mas acabou sendo adiado para as 16 horas, no Congresso).

O ministro-chefe do Gabinete Civil vai a essa reunião com a disposição de deixar claro que "o futuro governo não será responsável por eventuais dificuldades da atual gestão".

Mas antecipa que o governo Sarney está aberto a conversas em todas as direções com a equipe de Collor: "Não está em cogitação fazer um governo conjunto; agora, se a equipe de Collor apontar uma idéia nova e se nos entendermos ser a mais adequada, poderá ser utilizada. O governo Sarney deseja contribuir, até porque entende que uma colaboração agora só poderá ajudar o presidente eleito a governar com mais tranquilidade a partir de março".

O problema é que, aparentemente, Collor não deseja nenhum tipo de compromisso político sobre a gestão econômica na transição. Rejeita qualquer coisa que signifique "um regime de co-gestão", afirmou seu porta-voz, Cláudio Humberto Rosa e Silva.

Ontem, o porta-voz de Collor insistiu que o presidente eleito só pretende tomar posse em 15 de março, como manda a Constituição, e

(Continua na página 7)

O último desafio de Sarney

GAZETA MERCANTIL

27 DEZ 1985

por José Casado
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

também que não pensa em anunciar nomes de seu ministério, como suposto fator de tranquilização do mercado financeiro: "O nome da tranquilidade é Collor e o fator é o seu programa", ironizou.

Assim, o deputado federal Renan Calheiros, líder do PRN na Câmara Federal, deve ir hoje ao encontro do ministro-chefe do Gabinete Civil para a primeira reunião da transição de governo sem qualquer disposição de fornecer-lhe idéias, limitando-se a "recolher dados e informações". Esse critério, em princípio, vai orientar as próximas reuniões das equipes, restritas ao segundo escalão dos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Com o atual governo sem meios e o futuro sem vontade política para atuar na administração da taxa de inflação, no curto prazo, o destino da economia fica, praticamente, nas mãos do mercado.

Análises de tendências, produzidas por entidades empresariais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), indicam ser possível — sem esforços extraordinários — manter a taxa de inflação no atual patamar por mais 80 dias.

As principais razões: não estaria havendo escassez de mercadorias; as empresas operam com estoques regulares para as circunstâncias; os preços estão muito elevados, e a taxa de juros situa-se em torno de 3% reais ao dia, inibindo movimentos especulativos dos consumidores.

Além disso, não há pres-

sões salariais significativas e a taxa de desemprego acha-se em nível muito baixo, cerca de 2% em base anual.

"Dá para irmos (empurrando com a barriga) até a posse", acha, por exemplo, o presidente licenciado da Fiesp, Mário Amato. As avaliações mais recentes da assessoria do presidente eleito, embora indiquem o risco implícito, estão na mesma direção.

Mas é muito provável que, mantido o atual nível de aceleração do índice de inflação, Collor comece a ser pressionado por diferentes setores — especialmente o empresariado — a agir antes mesmo da posse. As alternativas neste caso são muitas e já foram objeto de discussão entre seus assessores.

Uma delas é antecipar o anúncio do Ministério da Economia. Collor deixa o País no sábado, para uma viagem com a família, e retorna no dia 11 de janeiro. Gastará as 48 horas seguintes em reuniões com sua equipe econômica. Se necessário, poderá definir seu ministro antes de 15 de fevereiro.

Essa é uma hipótese remota, mas é real — admitem seus mais íntimos colaboradores. Mas há outra: no extremo de uma crise, uma "catástrofe", como o presidente eleito costuma se referir, há disposição para examinar a idéia de antecipação da posse.

A equipe de Collor, no momento, enfrenta uma situação peculiar: agir na transição, procurando ficar à margem da explosão inflacionária que deve caracterizar o período, e ao mesmo tempo torcer para que esse agravamento da crise econômica não chegue ao extremo de acabar impondo uma antecipação da posse.